

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

**ATA da 101ª (centésima primeira ) Reunião Ordinária**

**Dia 15 de março de 2002**

Às 9:00 (nove) horas do dia 15 de março de 2002 (dois mil e dois), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Tania Bacelar. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura das Atas das Reuniões: 98ª e 99ª, realizadas nos dias 14 de dezembro de 2001 e 14 de janeiro de 2002, respectivamente. 2) Projeto do Edifício JK/Centro Expandido. 3) Caracterização da população e dos domicílios – Resultado do Universo do Censo 2000 – DEIP /DIRBAM/SEPLAM. 4) Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife – PDCR, discussão sobre a metodologia. 5) Enfoque sobre os projetos do IAB – PE, biênio 2002-2003. 6) Projeto de Passarela interligando o complexo Hospitalar Memorial São José. 7) Outros. Em seguida, deu posse aos novos conselheiros representantes da Caixa Econômica Federal – CEF, Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, como membro titular e a Dra. Maria Fernanda Ramos Coelho, como suplente. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Norma Lacerda, suplente da presidente, Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município - SAJ, (titular), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos (suplente), Dr. Alberto Neves Salazar, Secretário Adjunto da Secretaria de Serviços Públicos (suplente), Dr. Francisco José Couceiro de Oliveira, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (titular), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular), Dr. Carlos Ernesto de Queiroz Matos, representante da URB/Recife (suplente), Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Maria Fernanda Ramos Coelho, representante da Caixa Econômica Federal (suplente), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Dra. Maria de Fátima Furtado, representante da MDU/UFPE (titular), Dr. Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo, representante do SINDUSCON-PE (titular), Dr. José Luiz Soares Muniz de Araújo, representante da Associação Comercial de Pernambuco – ACP (titular), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Sr. Márcio de Souza Rocha, representante do STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Enio Laprovitera da Motta, representante do IAB (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI/PE (titular), Dra. Ana Maria Magalhães, representante do CENDHEC/ABONG (titular), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar, representante da SCJP/ABONG (titular), Sr. Clóvis Mário de Lima, representante do FÓRUM/PREZEIS (titular). Prosseguindo, Dra. Tania passa a palavra ao Dr. Alex Jenner Norat, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, para apresentação do Projeto de Adaptação do Edifício JK Para Uso Habitacional, e o arquiteto Dr. Zildo Sena Caldas, para apresentar o projeto arquitetônico. (cópia das apresentações, em anexo). Em seguida, Dra. Tania abre o debate, passando a palavra à conselheira Fátima Furtado –

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

MDU/UFPE, que indaga sobre o valor dos recursos a serem alocados. Dr. Alex Norat responde: “temos uma estimativa, mas estamos revendo em função de uma série de sugestões e críticas feitas pela própria Caixa, naturalmente influenciando no custo final. Um projeto dessa natureza é caro. Cada unidade deverá custar em torno de 20 mil a 23 mil reais, acrescido de uma taxa de regulamentação de R\$130,00 a R\$134,00. Nesse programa, acompanhamos as famílias. Contratamos uma empresa para administrar, evitando excesso de gastos. Uma pessoa cuida da coleta do lixo, outra fica responsável pela administração do elevador, da iluminação e etc. Quanto maior a quantidade de apartamentos, menor fica a taxa de administração. A taxa de condomínio será de R\$30,00 a R\$40,00. Os condôminos terão oportunidade de moradia com um padrão extremamente controlado, não só pela empresa, mas, pela própria Caixa.” Prosseguindo, a conselheira Silvia – FIDEM, pergunta se “foi feito um levantamento da renda do usuário, porque para o comerciante, acredita que será muito caro.” Dr. Alex responde que “existe uma série de levantamentos desta natureza. Nossa idéia é iniciar uma pesquisa de demanda, não esquecendo a lei de mercado. Não queremos que uma pessoa compre algo, por um preço que ele possa encontrar mais barato no mercado, seria um investimento inviável”. Em seguida, Dra. Tania fala “que esse projeto é um desafio. Juntamos várias instituições, já conseguimos quebrar barreiras importantes, embora a Caixa ainda precise fazer uma conta mais exata do projeto.” A seguir, a conselheira Fátima, acrescenta que o desafio é muito grande, principalmente a questão de morar no centro. Que grupo social junta as condições do ponto de vista econômico e da valorização de morar no centro. Tudo deve ser considerado. Como o projeto é pioneiro, a Caixa deverá ter um cuidado muito grande”. Continuando, Dr. Alex salienta “que muitas coisas ainda vão ser discutidas. Iremos fazer uma apresentação na ADEMI/PE, com empresários da construção. Vamos nos permitir olhar um pouco pra frente, supondo que vamos superar estas questões. Imagine a repercussão, por exemplo, de 250 famílias dentro da economia do bairro. Podemos restaurar pequenas mercearias no centro, dando um colorido diferente para a cidade. Iremos realizar um trabalho de educação com essas famílias, para que elas tornem-se “vendedoras”. Mudando um pouco o conceito de que não somos apenas os usuários da cidade, somos donos da cidade e, quem sabe, recuperar a beleza que está escondida no abandono”. Dando continuidade, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Aristóteles – CREA, que relembra de um assunto que já passou pelo Conselho, uma proposta da CDL: “no momento que um comerciante passa a morar no centro, ele deixa de receber o vale transporte, e que esse pudesse ser utilizado no arrendamento”. Prosseguindo, o conselheiro Enio – IAB, fala que, “a questão merece um desdobramento para outras esferas, outras camadas sociais. Em seguida, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Arménio – ADEMI. “Com relação ao grupo de estudo, a proposta é interessante, louvo a participação da Caixa, porque não é fácil. O objetivo é encontrar uma saída, uma solução dentro dos conceitos existentes nas linhas da Caixa Econômica Federal. A questão de renda, de demanda, o ponto mais grave é o custo da construção, que com certeza sofrerá alterações pela própria Caixa, a nível de divisões internas, instalações, possibilidade ou não de ar condicionado e etc. Um trabalho louvável da Caixa. A Prefeitura inclusive ficou de estudar a requalificação da área. A nível de demanda, não temos dúvidas, basta ver o exemplo da EMHAPE, que construiu 260

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

apartamentos e contou com 100 mil pessoas cadastradas, 9 mil por dia”. Concluindo, Dra. Tania agradece as participações do Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, Dr. Alex Norat e do arquiteto Dr. Zildo Sena Caldas. Devido ao adiantamento da hora, Dra. Tania sugeriu que a apresentação da Dra. Cacilda Menezes, Diretora do Departamento de Informações e Projeções - DEIP/DIRBAM/SEPLAM, “Caracterização da População e dos Domicílios – Resultado do Universo do Censo 2000”, fosse transferida para a reunião do mês de abril, com a concordância de todos os conselheiros presentes. Em seguida, a presidente solicitou à Dra. Norma Lacerda que desse início a discussão sobre a metodologia da revisão do Plano Diretor. (Cópia da apresentação, em anexo). Em seguida, a conselheira Fátima Furtado – MDU/UFPE, fez duas observações: “a primeira é um registro, uma justiça histórica, o Plano Diretor atual, vigente, foi em todo o seu processo de elaboração, bastante discutido com a sociedade civil. O papel do CDU foi importante também. Para a época, o Plano foi bastante progressista. A segunda é que o meio ambiente não pode ser tratado setorialmente, em nenhum momento, muito menos aqui. O COMAM é um conselho amplo, formado por um grupo sério, tem que ter bem definido seu papel, suas funções. Outra questão, nesta estrutura de trabalho, temos que ter bem claro, que as discussões sobre o Plano deverão acontecer articuladas à Metrópole”. Prosseguindo, Dra Tania fala que tem registro de observações importantes. Uma do conselheiro Arménio, que é o levantamento das infra-estruturas; a do conselheiro Daniel, reforçada pela conselheira Fátima, diz respeito a questão de meio ambiente não ser tratado setorialmente, o COMAM não é um Conselho setorial, e, a última que foi levantada por vários membros do Conselho, que é a articulação entre o Plano Diretor e à Metrópole. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Enio Laprovitera da Motta – IAB, Vice – Presidente do Instituto para apresentar os projetos que serão desenvolvidos pela atual diretoria do IAB, no biênio 2002 – 2003. Em princípio, o conselheiro Enio, solicitou que fosse registrado em Ata, os “70 anos da Comissão Consultiva do Plano da Cidade – CCPC, precursora do atual Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. Em janeiro de 1932, estava a frente desta Comissão o Prof. Lauro Borba, então presidente do Clube de Engenharia. A CCPC era formada por 7 subcomissões: Clube de Engenharia, Associação Comercial, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, a OAB e o Rotary Clube. Entre os membros da CCPC, podemos citar: Domingos Ferreira, José Estelita, Heitor Maia Filho, Juarez Rêgo, João Holmes e os jornalistas Mário Melo, Samuel Campelo e outros. Aproveito a oportunidade para divulgar o debate que iremos realizar no CREA, no dia 2 de abril, à noite, como tema: Desenho Urbano e Requalificação Espacial”. E falando especificamente sobre os 6 (seis) projetos, disse que o objetivo principal da apresentação é agregar parceiros. “Dentre essas ações identificamos projetos com temáticas diretamente relacionadas as preocupações do CDU. 1) Projeto “Cidade Acessível”: Grupo de estudo e seminário sobre acessibilidade dos portadores de “necessidades específicas” nos espaços imobiliário urbano. 2) Projeto “Cidade Defensável”: Grupo de estudo e seminário sobre a relação entre o desenho dos espaços e a segurança pública. Esse grupo teria também a função de articular/sistematizar as informações/ atores de outros Núcleos sobre segurança pública já em funcionamento em Recife, a exemplo, do Fórum sobre a Violência da UFPE, coordenado pelo Vice-Reitor, Prof. Geraldo Pereira do Núcleo de Saúde Pública. 3)

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Projeto “Operações Urbanas Consorciadas”: Realização de seminário e workshop coordenado por uma equipe multidisciplinar, tendo como objeto de estudo/trabalho “novas áreas” e/ou áreas em processo de deterioração da cidade do Recife. O objetivo seria debater e propor alternativas de desenho e de financiamento com base nas parcerias pública/privada. 4) Projeto “Cidade Cidadã”: Programa de televisão sobre a morfologia e vida nos espaços urbanos de nossa Cidade. 5) Prêmio “Gentileza Urbana”: Essa premiação visa eleger “modelos” de ocupação/uso/construção em nossos espaços urbanos. As indicações das intervenções e obras candidatas ao prêmio obedeceria a uma metodologia participativa tendo como base os cidadãos usuários da nossa cidade. 6) Projeto “Construa Certo”: Grupos de Assessoria à comunidades residentes em áreas de interesse social. Continuando, Dra. Tania passa a palavra para a conselheira Sílvia – FIDEM, “que parabeniza o IAB pelas idéias brilhantes, e, resalta o projeto Cidade Cidadã, pela sua importância e sugere o aproveitamento da televisão universitária”. Em seguida, o conselheiro Aubiérgio – CEF, parabeniza também o IAB e fala da importância de todos os projetos, especificamente o Construa Certo. “Um tema crucial, temos visto com frequência os perigos que a construção vem causando por falta de uma assessoria, absurdos acontecendo, como por exemplo, ZEIS se transformando em prédio de quatro pavimentos. Imóveis sendo vendidos sem que ninguém saiba da base da fundação, que tipo de tijolo está sendo usado, sem acesso para lixo, água, saneamento, transporte e para segurança. Isto é uma questão muito séria, muito grave. A Caixa só financia o imóvel se ele estiver inserido no Programa de Qualificação de Melhoria Contínua”. A seguir, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Alberto Salazar – SSP, que relata a existência de um projeto de engenharia pública do CREA. “Defendo a idéia que seja criado no poder público um Núcleo de Engenharia Pública, para atender as comunidades mais pobres, serviço semelhante ao que já existe na área jurídica, que é a Assistência Jurídica gratuita. A seguir, o conselheiro Carlos Aguiar – SCJP, se reportando ao projeto Construa Certo, sugere uma parceria imediata com o Fórum do Prezeis. A conselheira Fátima também parabeniza o IAB pela apresentação dos projetos, ressaltando também os projetos Construa Certo e Cidade Cidadã, e, em relação ao Construa Certo fala que “é importantíssimo conhecer os Planos Diretores Municipais, os Planos Urbanísticos para sabermos o que é construir certo. Se acelerarmos o processo das ZEIS, conseguiremos com mais facilidade, implantar o referido projeto”. Prosseguindo, Dra. Tania passa a palavra a conselheira Ana Maria Magalhães – CENDHEC. “Em relação ao projeto Construa Certo, é uma perspectiva não só para as ZEIS, mas para toda a cidade informal. É uma maneira de minimizar a falta de uma política Nacional para habitação pública. O projeto Cidade Cidadã, poderia ser utilizado também para a divulgação do Construa Certo”. Concluindo, Dra. Tania parabeniza também o IAB, diz que a SEPLAM assina, ratifica, todos os seis projetos, sugerindo pelo fato de ter tido uma grande empatia, o projeto Construa Certo conste na pauta da próxima reunião. “Seria a primeira parceria, IAB/CDU”. Continuando, Dra. Tania passa para o último item da pauta – Projeto de passarela interligando o complexo Hospitalar Memorial São José, chamando o relator do projeto, arquiteto Antônio Aristóteles de G. Barros, conselheiro suplente do CREA, para apresentar seu parecer (cópia do relatório em anexo). Em seguida, Dra. Tania comenta que “não existe uma legislação específica sobre construção de passarela em área pública,

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

que oriente a análise do processo”. Passando em seguida, a palavra a conselheira Tatiana - SAJ, que confirma a “não existência na legislação municipal de uma lei específica. A Lei nº 16.737/2001 – Dispõe sobre a utilização das vias e logradouros públicos, inclusive o subsolo, espaço aéreo e obras de engenharia, de arte e de arquitetura no Município do Recife. A referida lei nos orienta, possibilitando alguns critérios para que, por exemplo, a passarela não caia. A legislação existente pode atender provisoriamente, mas, precisa de regulamento próprio”. Prosseguindo, Dra. Tania solicita a presidente da CCU, Dra. Norma Lacerda, que faça um relato da decisão da Comissão sobre o referido projeto. Dra. Norma fala “que o projeto foi aprovado por unanimidade, desde que atendido os critérios que devem estar contidos na regulamentação. Aspectos Relevantes: **Jurídico** : procedimentos para a concessão (contrato); outorga onerosa; regulamentação. **Técnico**: procedimentos de licenciamento; questões técnicas (dimensionamento), estruturais, funcionais; regulamentação. **Urbanístico**: análise da paisagem urbana; proteção ambiental; segurança de tráfego e da população.

**PASSARELAS, Aspectos Gerais – interligando empreendimentos sobre logradouros públicos:** . Interesse público (saúde, educação, lazer, segurança...); . Altura mínima para via = 6,00m/4,50m; . Pé-direito (mínimo) = 2,40m; . Não conter apoios na via pública; . Não instalar equipamentos de publicidade (Lei nº 16.476/99); . Resguardar paisagem urbana: - Sítios Históricos, monumentos tombados; - Parques, rios. . Licenciamento: - apresentar projeto de arquitetura. . Análise estética: - material empregado; - entorno urbano; - harmonia vizinhança”. Em seguida, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Francisco Couceiro - Desenvolvimento Econômico, fala que “temos que ter alguns parâmetros, mesmo sem uma legislação específica. O CDU deverá endossar os parâmetros mensurados pela CCU”. Continuando, o conselheiro José Luiz – ACP, fala que “gostaria de conhecer melhor o projeto, até mesmo ouvir a opinião de um outro relator, pois não se sente seguro para uma votação”. Dando continuidade, o conselheiro Aubiérgio – CEF, fala que “o impacto da passarela existente no Hope foi muito maior, tem receio se não decidirmos agora, poderemos ser obrigados pela justiça. Precisamos de fato regulamentar a Lei nº 16.737/2001, até para questão do pagamento/outorga onerosa”. Falou também, que tem “preocupação em relação a manutenção da passarela, que na regulamentação da lei deve existir um dispositivo que obrigue/assegure a manutenção”. Em seguida, Dra. Tania chama atenção que a passarela do Hope não é onerosa, pois na época de sua construção a lei não existia, mas hoje ela será onerosa, tem sido consenso em todo o processo. Falou também que se o CDU aprovar, a prefeitura fará um documento, um Termo de Compromisso, que será assinado pelo empresário, assegurando o pagamento do aluguel por ocupar o espaço público aéreo. Na ausência de uma legislação específica, do ponto de vista dos critérios urbanísticos, não existe empecilho à instalação. Esta ausência foi substituída por pareceres. Estamos legislando num fórum que pode legislar na ausência da legislação. Existem fóruns qualificados que podem se pronunciar, como a CCU e o CDU”. Infelizmente ficaram inaudíveis neste momento as colocações dos conselheiros: Daniel – SAJ, Francisco – Des. Econômico e Clóvis – Fórum do Prezeis. Continuando, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Arménio – ADEMI/PE, que salienta a “competência técnica da CCU, que aprovou por unanimidade,

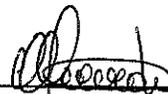
### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

com alguns critérios que deverão ser respeitados, para que se permita a aprovação. Outro aspecto é o caráter da construção, facilitador de locomoção a um hospital, e, que nenhum empreendedor do setor privado ou público faria uma obra cara como esta se não fosse estritamente necessário”. Em seguida a conselheira Tatiana, sugere a criação de uma comissão para estudo dos parâmetros, subsidiando o Projeto de Lei (regulamentação da lei). Dra. Norma Lacerda, solicita um aparte e “lembra a conselheira, que a CCU fez esta discussão em reuniões, e, o projeto só foi aprovado, após consenso dos membros, sobre os critérios estabelecidos”. Continuando, o conselheiro Enio – IAB, “propõe que haja primeiro uma votação no sentido de, ou aguardar a regulamentação da lei para depois aprovar o projeto, ou aprová-lo baseado nos critérios estabelecidos pela CCU que é uma comissão técnica composta por instituições competentes e pertinentes para analisar o assunto”, finalizando parabeniza o arquiteto Aristóteles “pela beleza do relato”. Prosseguindo, a conselheira Sílvia – FIDEM, considera que “a referida passarela é pequena, não trará maiores impactos, primeiro por ser localizada numa área secundária, não está inserida em nenhum sítio histórico, por isso, não vejo motivo para adiarmos esta votação”. Em seguida, o conselheiro Francisco – Des. Econômico, fala que “a não existência de leis, não nos dar razão para se fazer tudo. Isto é um princípio básico. Temos que ter responsabilidade”. Depois de várias discussões, Dra. Tania coloca em votação. Primeiro, se o projeto seria votado, ou não, nesta reunião. Nesta votação, ocorreram 3 (três) abstenções, conselheiros: Tatiana – SAJ, Carlos Maciel – Sec. Saneamento, Francisco Couceiro – Des. Econômico. 9 (nove) votos a favor da votação hoje, conselheiros: Aubiérgio – CEF, Sílvia – FIDEM, Fátima – MDU/UFPE, Aristóteles – CREA, Huseyin – CORECON, Márcio – CUT, Enio – IAB, Arménio – ADEMI, Ana Maria – CENDHEC e 4 (quatro) votos contra a votação no dia de hoje, conselheiros: José Luiz – ACP, Carlos Aguiar – SCJP, Clóvis – Fórum do Prezeis e Carlos Ernesto – URB. Ficou aprovada a proposta da votação do projeto ocorrer hoje. Em seguida, Dra. Tania faz a votação do projeto, que foi aprovado por 10 (dez) votos a favor, conselheiros: Tatiana – SAJ, Aubiérgio – CEF, Sílvia – FIDEM, Fátima – MDU/UFPE, Aristóteles – CREA, Huseyin – CORECON, Márcio – CUT, Enio – IAB, Arménio – ADEMI, Ana Maria – CENDHEC, e, 6 (seis) abstenções, conselheiros: Carlos Maciel – Sec. Saneamento, Francisco Couceiro – Des. Econômico, José Luiz – ACP, Carlos Aguiar – SCJP, Clóvis – Fórum do Prezeis e Carlos Ernesto – URB. O parecer do relator, conselheiro Aristóteles, foi aprovado, devendo ser firmado um Termo de Concessão, explicitando o uso, a manutenção pelo empresário e, referendada a posição da Comissão de Controle Urbanístico – CCU. Concluída a votação, Dra. Tania propõe que o CDU, não analise nenhuma outra construção de passarela, sem antes a Prefeitura regulamentar a Lei Municipal nº 16.737/2001, de 3 de janeiro de 2001”. Todos os conselheiros acataram a posição e a Dra. Tania se comprometeu que, em 90 dias, a Prefeitura encaminhará um Projeto de Lei (regulamentação) à Câmara Municipal. Em seguida, comunicou a todos que a “cidade do Recife, recebeu um presente: o Parque dos Manguezais. Foi assinado um Termo de Acordo entre a Marinha, o Governo do Estado e as Prefeituras de Olinda e Recife, pelo qual, o Estado vai transferi-lo para o município. Uma negociação que dura mais de dez anos. A Marinha não deixará a fiscalização, irá continuar protegendo. Por outro lado, o município desiste de adensar a Vila Naval. Outra informação, pelo fato de ter tido tanta

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU**

unanimidade não trouxemos ao CDU, é que a Prefeitura congelou a aprovação de postos de combustíveis na cidade, há vários meses, com a promessa de fazermos uma legislação específica. 70% dos postos são irregulares, foi muita pressão, mas, com certeza, positivo para a cidade”. Em seguida, o conselheiro Arménio – ADEMI, solicitou a aceleração do Projeto de Requalificação dos Bairros, comunicou a participação da ADEMI, no dia D contra o Dengue e solicitou também à presidente um serviço de som adequado, para maior fidelidade na gravação das reuniões. Finalizando, Dra. Tania, agenda para o dia 12 de abril do ano em curso, a próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que terá como pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 100ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de fevereiro de 2002. 2) Caracterização da População e dos Domicílios – Resultado do Universo do Censo 2000 – DEIP / DIRBAM / SEPLAM. 3) Apresentação da proposta de edifícios-garagem - ADEMI/PE. 4) Projeto “Construa Certo” – IAB/CDU. 5) Processo de revisão do PDCR – DIRBAM / SEPLAM. 6) Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 15 de março de 2002.

Tania Bacelar – SEPLAM (Presidente)



Norma Lacerda – SEPLAM (suplente da presidente)

Tatiana Maia da Silva Mariz- Sec.de Assuntos Jurídicos(titular)

Daniel Gaio – SAJ (suplente)

Francisco José Couceiro de Oliveira – Sec. Des. Econômico (titular)

Alberto Neves Salazar – Sec. Serviços Públicos(suplente)

Carlos Eduardo Maciel Lyra –Sec. Saneamento ((titular)

Carlos Ernesto de Queiroz Matos – URB/RECIFE(suplente)

Aubiérgio Barros de Souza Filho – CEF (titular)

Maria Fernanda Ramos Coelho – CEF (suplente)

Sílvia Maria Ramos de Oliveira –FIDEM (titular)

Maria de Fátima Furtado –MDU/UFPE (titular)

Marco Aurélio M. Estela de Melo – SINDUSCON (titular)

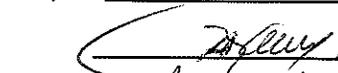
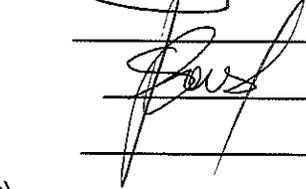
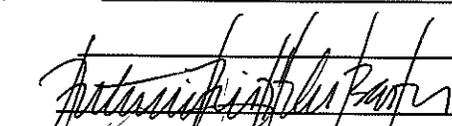
José Luiz Soares Muniz de Araújo – ACP (titular)

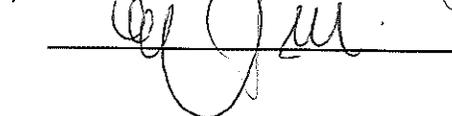
Antonio Aristóteles de G.Bastos –CREA (suplente)

Huseyin Miranda Sipahi –CORECON (titular)

Márcio de Souza Rocha – STIUEPE-CUT (suplente)

Enio Laprovitera da Motta – IAB (suplente)



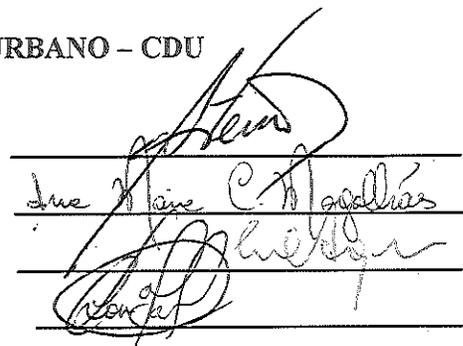
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI (titular)

Ana Maria Magalhães – CENDHEC (titular)

Carlos Antônio Barroso Aguiar- SCJP/ABONG (titular)

Clóvis Mário de Lima – FÓRUM/PREZEIS (titular)



Handwritten signatures of the council members, each on a horizontal line. The signatures are: Arménio Cavalcanti Ferreira, Ana Maria Magalhães, Carlos Antônio Barroso Aguiar, and Clóvis Mário de Lima.